



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA

BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PEDRO GOMES

POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E COMBATE À FOME NA
GUINÉ-BISSAU

REDENÇÃO - CE
2018

PEDRO GOMES

POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E COMBATE À FOME NA
GUINÉ-BISSAU

Trabalho de conclusão do curso apresentado ao curso de Administração Pública da UNILAB, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Rosas Magrini

REDENÇÃO, CE

2018

PEDRO GOMES

POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E COMBATE À FOME NA
GUINÉ-BISSAU

Monografia julgada e aprovada para obtenção do Diploma de Graduação em
Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira.

Data: ____ / ____ / ____

Nota: _____

Banca Examinadora:

Professor Dr. Pedro Rosas Magrini (Orientador)

Professora Dra. Andrea Kanikadan

Professor Dr. Igor Monteiro Silva

REDENÇÃO, CE

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço de todo coração:

No início era difícil devido dificuldade de sair da Guiné-Bissau, quatro anos de estudo e dedicação, até chegar com êxito ao meu objetivo, numa trajetória onde aprendi que a perseverança me faria chegar até aqui, e isso só foi possível porque acreditei no valor do estudo, da dedicação e no comprometimento com o ato de aprender.

Quero agradecer primeiramente sempre à Deus por ter me concedido a vida, pela força, pelo ânimo e por ter me ajudado a enfrentar todas as dificuldades e aos meus familiares pelo apoio incondicional na busca desta conquista.

Agradeço especialmente ao meu orientador, Professor Doutor Pedro Rosas Magrini, pela confiança e estímulo, com quem tive a oportunidade de aprender a trabalhar com pesquisa científica e que contribuiu muito para o meu crescimento acadêmico e profissional.

Meus agradecimentos também a minha mãe Francisca Vaz, e os meus irmãos por terem me apoiado em todos os momentos.

De modo particular, as minhas famílias, meus maiores tesouros nesta terra, o bem mais precioso que possuo.

Igualmente, os meus agradecimentos tornam-se extensivos a sogra Antonia Odélia F. da Silva, pelas palavras de motivação, a minha companheira Jalinne da Silva de Oliveira pelo apoio e coragem que me deu para a realização do trabalho.

Meus agradecimentos os amigos e as amigas, Sadjó Mané, Karim Só, Nicasio U. Mendes, Flif Infaga, Mikail G. de Pina, Vanuel A Sanca, Valdo S. Cassama, Frederica Sá, Inaldina D. C. Gomes, Domindos M C Junior, e o meu primo Zandonaide Mendonça, que fizeram parte da minha formação acadêmica e que vão continuar presentes em minha vida com certeza.

E a todos que contribuíram de forma direta ou indiretamente na minha formação, **MUITO OBRIGADO.**

Os milagres acontecem às vezes, mas é preciso
trabalhar tremendamente para que aconteçam.

Peter Drucker

RESUMO

O presente trabalho trata da Segurança alimentar na Guiné-Bissau. Com especial atenção a evolução da situação atual “políticas de Segurança alimentar e combate à fome”, mostrando o conjunto de políticas económicas e estratégias que foram adotadas no contexto do país, a partir da realidade e perspectivas. Assumindo, assim as intervenções possíveis e capazes de fazer a população a mudarem suas condições de vida, principalmente das camadas mais vulneráveis, a fim de ultrapassar o nível de mera subsistência.

Palavras chaves: Guiné-Bissau; política pública; segurança alimentar; pobreza; agricultura; População.

ABSTRACT

This paper deals with food security in Guinea-Bissau. With special attention the evolution of the current situation "food security policies and fight against hunger", showing the set of economic policies and strategies that were adopted in the context of the country, from the reality and perspectives. Assuming therefore the possible interventions and able to make the population to change their living conditions, mainly of the most vulnerable layers, in order to surpass the level of mere subsistence.

Keywords: Guinea Bissau; public policy; food security; poverty; agriculture; Population.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAE – Associação de Mulheres das Atividades Econômicas
ANAG – Associação Nacional dos Agricultores da Guiné-Bissau
BECEAO – Banco Central dos Estados da África Ocidental
CPLP – Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FMI – Fundo Monetário Internacional
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IEC – Instituto Nacional de Estatística e Censos
ILAP – Inquérito Ligeiro sobre a Pobreza
IMVF – Instituto Marquês de Valle Flôr
INE – Instituto Nacional de Estatística
INPS – Instituto Nacional da Previdência Social
ODM – Objetivo de Desenvolvimento do Milênio
ONGD – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento
ONGs – Organização Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PAIGC – Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde
PAM – Programa Alimentar Mundial
PIB – Produto Interno Bruto
PNIA – Programa Nacional de Investimento Agrário
PNSA – Programa Nacional dos Agricultores
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RGPH – Recenseamento Geral da População e Habitação
SAB – Setor Autônomo de Bissau
SAN – Segurança Alimentar e Nutrição
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
VIH/SIDA – Vírus de Imunodeficiência Humana

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

- Figura 1:** Mapa de Guiné – Bissau _____ p. 16.
- Figura 2:** Regiões da Guiné-Bissau _____ p. 18.
- Tabela 1:** Incidência, Profundidade e severidade da pobreza (%) nas regiões da Guiné-Bissau _____ p. 21.
- Figura 3:** Esquema do Ciclo de Política Pública _____ p. 23.
- Tabela 2:** Despesas Recorrentes do Governo e Investimento Público por Sector em 2005 _____ p. 37.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	11
1.1.	OBJETIVO DA PESQUISA	11
1.2.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
2.	METODOLOGIA DA PESQUISA	12
3.	REFERENCIAL TEÓRICO	16
3.1.	RECONHECENDO GUINÉ-BISSAU	16
3.2.	INDICADORES DE POBREZA	20
3.3.	CONCEITUANDO POLÍTICAS PÚBLICAS	21
3.3.1.	CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	23
4.	RESULTADOS	28
4.1.	O PROBLEMA DA POBREZA E DA FOME NA GUINÉ BISSAU	28
4.2.	POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO (SAN) NA GUINÉ-BISSAU	32
4.3.	POLÍTICAS ESPECÍFICAS	32
4.3.1.	POLÍTICAS DE GERAÇÃO DE EMPREGO E AUMENTO DA RENDA	33
4.3.2.	PREVIDÊNCIA SOCIAL UNIVERSAL	35
4.3.3.	INTENSIFICAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA	36
4.3.4.	POLÍTICAS AGRÍCOLAS	37
4.3.5.	INCENTIVO À AGRICULTURA FAMILIAR	38
4.3.6.	AMPLIAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	39
4.3.7.	GARANTIA DE SEGURANÇA E QUALIDADE DOS ALIMENTOS	40
4.3.8.	PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO	41
4.3.9.	ARMAZÉM DO POVO	42
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
	REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	46

1. INTRODUÇÃO

Uma das grandes preocupações que estão afetando os cidadãos guineenses são as políticas de desenvolvimento e segurança alimentar. Nesse sentido, é necessário que os governantes e com outras entidades competentes melhorem a qualidade da vida dos cidadãos em todos os aspectos sociais e culturais. Coloca-se com a maior pertinência a necessidade de dar uma especial atenção às questões ligadas aos problemas da segurança alimentar tendo em conta as possibilidades de adotar políticas públicas em prol de desenvolvimento do país. Neste trabalho, vamos descrever uma ideia geral da Guiné-Bissau em termos geográficos (limite, área e divisão administrativa), e também, faz-se um breve enquadramento da situação económica que o país se encontra, no decorrer da investigação das suas potencialidade e recursos. Deste modo, o texto discute aspectos relacionados à construção do conceito de política pública e segurança alimentar e o modo que se configura como política na sociedade guineense, objetivar algumas das propostas levadas a efeito por organismos internacionais envolvidos na questão. Além da introdução e considerações finais o trabalho divide-se em três capítulos. O primeiro trata da metodologia adotada para alcançar os resultados; o segundo sobre o referencial teórico dos autores clássicos e contemporâneos e por fim dos resultados do trabalho.

3.1. OBJETIVO DA PESQUISA

Realizar um levantamento de análise políticas públicas de segurança alimentar na Guiné Bissau.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- I. Identificar as necessidades carências alimentares e interligá-las aos mecanismos de combate à miséria e a fome;
- II. Melhorar as condições nutricionais dos cidadãos, em especial os de baixa renda, bem como propiciar aumento da produtividade;
- III. Orientar e sensibilizar a comunidade para seus agravos de saúde pública, direitos e deveres sociais e cidadania;

- IV. Criar os mecanismos institucionais em todo regiões para a proteção das mulheres e das crianças em situação de risco contra a violência e os abusos, incluindo o trabalho infantil e a criação de um sistema de coordenação, controle e de gestão das respostas.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

Para guiar a investigação, desse tema não é fácil devido à dificuldade de acesso das matérias para o estudo. Ainda sim “podem ser utilizadas em pesquisas conduzidas mediante diferentes metodologias e fundadas em diferentes epistemologias” (Severino,2007. p.124). Foi construída uma matriz específica para a políticas de Segurança alimentar e combate à fome PSAN, conforme previsto na metodologia indicada.

A Metodologia utilizada foi por meio de revisão bibliográficas. Segundo Köche (2011, p. 147), “É o conjunto padronizado dos elementos descritivos que permitem a identificação, no todo ou em parte, das fontes citadas no texto.” como livros já publicados, dissertações, as monografias, artigos em periódicos nacionais e internacionais, cartilhas do governo, teses e entre outros, que servem de fonte para uma análise e reflexão crítica acerca dos problemas das políticas públicas e segurança alimentar detectadas. Apesar disso, todo o processo de investigação realizado no contexto deste trabalho seguiu uma lógica que acompanha o processo de investigação, desde de reconhecimento da Guiné-Bissau e o surgimento do problema, os resultados, passando pela construção de um modelo com base em conclusões das políticas de segurança alimentar e nutricional. Nessa continuidade podemos afirmar que foi utilizado também termos recorrido a documentos essenciais como a legislação e a publicações nos media, utilizámos igualmente o método de análise documental.

Foram exploradas diversas obras sobre Políticas Públicas especificamente ligadas a Democracia na Guiné-Bissau exemplos: Ricardino Jacinto Dumas Teixeira, Christoph Kohl, Lars Rudebeck, Olavo Borges de Oliveira, Rui Jorge Semedo, Artemisa Odila Candé Monteiro, Julio Rodrigues, Carlos Sangreman, Carlos Cardoso, Carlos Lopes, Elisabete Azevedo-Harman, Miguel de Barros, Carlos Schwarz. Bem como obra de Antônio Joaquim Severino, Leonardo Secchi, Yalle Hugo de Souza, Allan Gustavo Freire da Silva, Walter Belik, Pessanha.

Motivo de escolha este tema foi uma expiração de um músico guineense de nome Binhanquinhe Quimor (Binhan). Que se destaca pela melodia da sua música tem se notabilizado pelas canções de intervenção e de crítica ao comportamento da classe política e militar, nomeadamente “Guiné nha Terra” e “amor só amor”.

Guiné Nha Terra

Guiné-Bissau abo i nha tera, tera di
nha papas
Ma si Deus kiri Guiné lantau firma
Bu ka na fika sin mas na ba ta tcora

Guiné Bissau é a minha terra e dos
meus pais.
Mais se Deus quiser vai ficar de pé
acabar com a suas lagrimas e

Nha tera di povos kansadu
 Ma si Deus kiri Guiné bu na midjora,
 N' ka misti odjau na kansera
 N' ka misti odjau na sufrimentu
 N' ka misti odjau na kansera ô Guiné
 ô
 Liberta bu fidjus, bu da amor
 Guiné-Bissau si Deus kiri bu na sai
 des kansera
 Deus na lumia korson di bu fidjus
 Fidjus ki toma reransa pa erena pa
 sabura tem
 Skola, lus, saudi, iagu bai ka falta

sofrimento
 não vai continuar assim chorando
 minha terra de um povo cansado
 mais se deus quiser guiné vai
 melhorar
 não quero ti vê na canseira
 não quero ti vê no sofrimento
 não quero ti vê na canseira
 libertaos seus filhos, e dá para eles
 amor
 Guiné-Bissau se Deus quiser vai sai
 dessa canseira
 Deus vai iluminar coração dos seus
 filhos
 filho que toma reinado é para reinar
 para
 bem do povo, para ter escola, luz,
 para não faltar água...

Fonte: <http://lyricstranslate.com/pt-br/binhan-quimor-guin%C3%A9-nha-terra-lyrics.html#ixzz51WIMKeKp>

“Amor Só Amor”

No tene amor, no tene rikeza
 No tene beleza, no tem tudu
 No tene tudukun terra misti
 Pa da si povu
 No tene mindjeris,
 Jovens balentis ku djiresa
 Kriansas tudu xeiu di amor
 Abo i nha terra Guiné na kantau
 Amor...
 Nôkriol i muitusabi
 ku ta uninu pa um amor
 A-nos i um povu tan umildi
 No na vivi, no ka na sipara
 Amor...
 No tene matu, no tem tchuba
 No tem tarafi, no tem país
 No ka misti arma pa fuguia
 kumpanher
 No na vivi, no ka na sipara
 Amor...

Nós temos amor e temos riqueza
 nós temos beleza, nós temos tudo
 nós temos tudo que uma terra precisa
 para dar o seu povo
 Nós temos mulheres e temos jovens
 jovens valentes e espertos
 crianças todos cheio de amor
 você é a minha terra Guiné vou cantar
 amor....
 Nosso crioulo e muito gostoso
 que nos une para um amor
 nós somos um povo tão humilde
 nada na vida nunca nos separara
 amor....
 nós temos mato, temo chuva
 nós temos tarrafe, nós temos peixes
 não queremos arma para atirar no meu
 irmão
 nós vamos viver sem separação,
 amor
 Nossa terra é pequena é tão fácil

No terrapikininu i sabi kumpu
 I pirsis son pa pui kabesa
 Ala mininus pa pui na skola
 Des kurida ku mundutisinu
 kuno tem...

Amor, só amor

A-nos i um povu ku ka na sipara

Nin sol, nin tchuba, nin friu ka na
 siparanu

Amor, amor, amor

A-nos i um povu ku ka na sipara

Nin fomi, nin dur, nin kansera ka
 na siparanu

Nin raiva, nin djus, ku fadi odium ka
 na siparanu

Amor, só amor

A-nos i um povu ku ka na sipara

construir

é só preciso colocar a cabeça em
 função

tem crianças para colocar na escola
 essa é uma corrida que o mundo
 trouxe

Amor só amor,

nós somos um povo que nunca separa
 Nem sol, nem chuva nem frio, não vai
 nos separar amor, amor, amor

nós somos um povo que nunca separa

nem fome, nem dor nem canseira, não
 vai nos separar

nem raiva, nem briga que fará ódio,
 não vai nos separar

amor só amor,

somos um povo que nunca separa

Fonte: <http://lyricstranslate.com/pt-br/binhan-quimor-amor-s%C3%B3-amor-lyrics.html#ixzz51WIt1w3F>

Segundo motivo se paramos para pensar, chegaremos conclusão que últimos anos havia uma grande transformação dos elementos, a indústria tem comprometendo perigosamente as características dos elementos, assim o processo da agricultura e à alimentação passou a depender de produtos químicos na agricultura e nas indústrias. Neste sentido, começa a surgir diferentes tipos doenças como o derrame, as alergias, a obesidade, doenças cardiovasculares, doença de Alzheimer, as doenças do aparelho circulatório e entre outros, observa-se inúmeras doenças relacionadas diretamente a este regime alimentar. No nosso dia a dia estamos acostumados a ouvir sempre sobre alimentos saudáveis, que nossa tendência é usar em grande quantidade de sal, açúcar gorduras dos animais, vitaminas minerais, óleos vegetais, é uma alimentação verdadeiramente voltada para a saúde. Quem sofre com estas modernas transformações dos alimentos são camadas mais pobres não tem opção de escolha da qualidade dos alimentos.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

No referencial teórico falaremos sobre as características geográficas, políticas e culturais de Guiné Bissau, os problemas sociais do país e em seguida sobre o conceito de políticas públicas.

3.1. RECONHECENDO GUINÉ-BISSAU

A República da Guiné-Bissau fica situada na Costa Ocidental de África, limitada ao Norte pela República do Senegal, a Leste e Sul pela República da Guiné Conakry e a Oeste pelo Oceano Atlântico. Tem uma área de 36.125 km², além do território continental, inclui o Arquipélago dos Bijagós, composto por cerca de 90 ilhas e ilhéus, dos quais somente 17 são habitadas. A população da Guiné-Bissau foi estimada em 1.544.777 habitantes em 2016, segundo o Instituto Nacional de Estatística e Censos Guineense (INEC, 2016).

Figura 1: Mapa de Guiné – Bissau.



Fonte: <http://www.megatimes.com.br/2011/11/guine-bissau-aspectos-geograficos-e.html>

A Guiné-Bissau tem aproximadamente a forma de um triângulo incorporado na massa continental (Guiné-Bissau, 2014). A costa atlântica é uma planície invadida pelo Oceano Atlântico, coberta por uma floresta densa. O oceano penetra profundamente no interior das terras (até 100 km) e cria grandes estuários forrados de mangais até à foz dos rios principais (Rio Cacheu, Rio Geba, Rio Corubal, Rio Cafet, Rio Tombali). O país é predominantemente plano, com exceção do Sudeste. Podemos distinguir 3 paisagens principais: ao Norte, as savanas densas arborizadas, dando lugar a estreitas florestas-galerias ao longo de cada curso de água; a Oeste, a zona de mangal que sobe pelos estuários com imensos campos de inundação; a leste a savana laterita escarpada subindo em direção ao Fouta-Djalón, com o ponto alto culminante de 360m nas colinas situadas no extremo Sudeste do país.

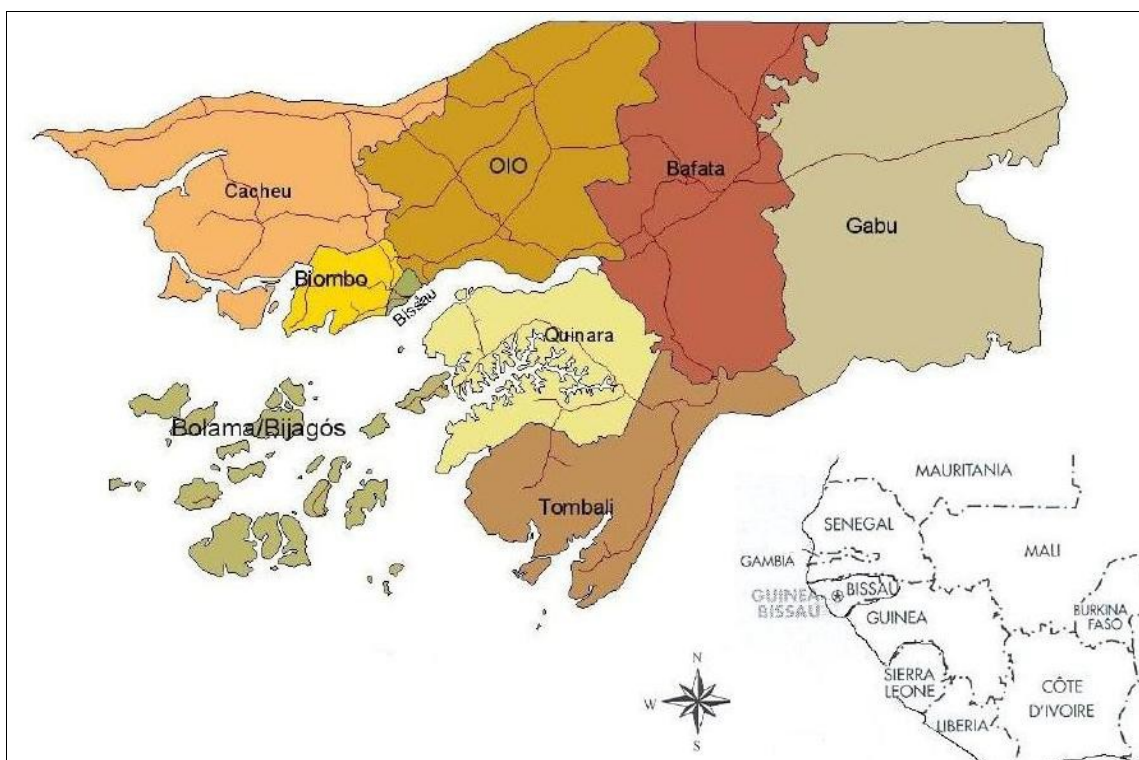
O clima é tropical úmido e quente com temperaturas médias de 20°C à 38°C, com uma constância ao longo do ano, e contém duas estações: a seca e a das chuvas. A seca começa habitualmente em meados de Novembro e termina em Abril, e o período das chuvas iniciam em meados de Maio até Novembro (INEC, 2016).

Segundo Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO, 2006), há um grande potencial de terras aráveis de cerca de 1,2 milhões de hectares, dos quais apenas metade estão a ser utilizados. As principais culturas agrícolas locais são: arroz, mandioca, milho, batata doce e feijão, castanha de caju, amendoim, manga e algodão. Das culturas de exportação, a principal fonte de receitas vem da extração da madeira e da castanha de caju, com um volume de 105.415 toneladas e um montante em divisas de 63,8 milhões de dólares por ano (CNC/MC, 2006), seguindo-se os produtos florestais e algodão com as receitas de 1,5 e 1,39 milhões de dólares respectivamente e as frutas tropicais, a ganhar alguma expressão, com destaque para a manga. Para Cardoso (2016), a Guiné-Bissau é considerado como um dos países da Costa ocidental que mais contribuem para a conservação da biodiversidade local, regional e mundial, por acolher, a cada ano, milhões de animais migratórios de diferentes partes do mundo. Cerca de 20% do território são considerados de zonas de preservação ambiental.

Nos últimos anos, os indicadores ambientais de Guiné-Bissau pioram devido ao avanço do desmatamento, 3,5% estimada anual, que significa uma perda por ano de cerca de 150.000 ha/ano de floresta. As principais causas desta destruição florestal são: o corte da madeira, a exploração de lenha e carvão vegetal para fins energéticos, e a prática agrícola itinerante com efeito de constantes queimadas (IANDA, 2016, p.54). E essa prática vem despertando o interesse de vários países asiáticos e europeus, que tem praticamente todo controle da economia do país nas áreas de pesca e de extração de madeira.

Administrativamente, a Guiné-Bissau encontra-se dividida em oito regiões (conselhos) e 39 setores (freguesias). Em termos da política agrária, foi dividida em quatro zonas agrícolas. Estas zonas são denominadas: **Zona Norte** (região de Cacheu, Biombo e Oio), **Leste** (Bafatá e Gabu), **Sul** (Tombali e Quinará) e Ilhas de Bolama ou região de Bolama. A cidade de Bissau é o principal polo de atração econômica do país. No entanto, na perspectiva de um crescimento inclusivo, as políticas públicas devem dinamizar as cidades secundárias e promover o desenvolvimento econômico e social do meio rural (INEC, 2016).

Figura 2: Regiões da Guiné-Bissau



Fonte: http://www.gov.gw/index.php?option=com_content&view=article&id=393:pt-opais&catid=367&lang=pt&Itemid=1804

Na Capital Bissau, a língua oficial é o português, contudo o crioulo da Guiné é a língua mais falada entre as várias etnias, sendo por isso, também, um elemento importante de convergência inter-étnica. Além disso, ainda existe várias línguas étnicas, com os seus costumes, dialetos, religiões e estruturas sociais distintas. Amílcar Cabral (1993, p.1) se referia à Guiné-Bissau como um “xadrez de povos e de etnias múltiplas, com protótipos específicos e díspares de sociedades clânicas ou tribais”. A luta de libertação nacional promoveu o processo de integração nacional, contudo os diversos grupos étnicos não se deixaram romper e trouxeram, para a sociedade guineense, uma complexa divisão cultural

resultante do fato destes grupos étnicos guineenses pertencerem a comunidades culturais diferentes. (Leite, 2014 apud SILVA, 2010).

Em 24 de Setembro de 1973, foi proclamada unilateralmente a independência da Guiné-Bissau, com a eleição de Luís Cabral como presidente de conselho de Estado. Nesse momento, muitos países e organizações internacionais reconheceram a independência da Guiné-Bissau. De acordo com a história da independência política do país, e que foi reconhecido por Portugal, em 10 de setembro de 1974, “o país cumpriu o programa mínimo, que era considerado por Cabral independência política, e restava o programa maior, que era a concretização do desenvolvimento efetivo para benefício das populações” (INDJAI, 2014, p.63). A partir de então, Guiné-Bissau recebeu ajuda de outros países através de investimentos para o seu desenvolvimento, diante de uma gestão administração pouco eficiente, porém, estes investimentos não foram aplicados de acordo como a população esperava. De acordo com Odete Semedo:

O sonho da liberdade, da independência havia se realizado e os de uma vida melhor continuavam fervilhando nas mentes, tantos dos antigos combatentes quanto da população em geral. Porém, esse sonho estava longe de se realizar [...] Não havia espaço para uma convivência pacífica entre os ex-administradores coloniais e os combatentes da liberdade da pátria recém-chegados a Bissau; e foram muitos os conflitos que geraram prisões de alguns enquanto outros rumavam para antiga Metrópole (SEMEDO, 2011, p. 51).

Na análise da perspectiva histórica do tempo decorrido na esfera política da Guiné-Bissau, desde a independência até a atualidade divide-se em dois períodos:

1. O primeiro abrangeu o Regime de Partido Único, desde a Independência/reconhecimento ocorrida entre 1973/74, até meados de 1994;
2. O segundo abrangeu o Regime do Multipartidarismo, que decorre desde meados de 1994 até o ano corrente.

Desde a independência, já foram realizadas várias eleições legislativas e presidenciais em contexto de clamor por transformações políticas, que culminou no conflito envolvendo militares chegando mesmo a uma guerra civil entre os anos de 1998 e 1999 e sequências de golpes de Estado, surgimento de organizações não governamentais, intervenções extra parlamentares de partidos políticos, militares, sindicatos, greves de vários meses de professores, anos de salários em atraso de funcionários públicos e entre outros, na construção

de um processo de bem estar do povo. Mas seja qual for a posição assumida pelos dirigentes, na luta e na construção da Nação e do Estado guineense, todos consideram as divisões de origem étnica como inimigas desse processo. Em 1969, Amílcar Cabral considerava que:

Qualquer que seja o grupo étnico a que pertençam foi fácil levar as pessoas a considerar que somos um povo, uma nação [...] o que entre nós subsistia de tribalismo foi destruído pela luta armada que conduzimos. [...] Só os oportunistas políticos são trabalhistas. (1974, p.70-71).

Tal componente estrutural influencia necessariamente o comportamento eleitoral dos guineenses e os candidatos à presidência afirmaram a necessidade dessa união em vários momentos da campanha eleitoral. (LUSOTOPIE, 2008, p.7). Pela convicção, o autor Christoph Kohl (2011), a heterogeneidade étnica e religiosa do país impede que a Guiné-Bissau forme uma consciência e solidariedade nacional forte, implicando uma fraca ou inexistente integração nacional. Uma metodologia possível para tentarmos perceber até onde a unidade tem importância na vida política do país, se baseamos em tudo que aconteceu entre os guineenses: os conflitos envolvendo militares e os resultados das eleições é de acordo com as etnias, isso nos mostra como a questão étnica tem sido em grande medida explorada por políticos para servir a seus próprios interesses.

3.2. INDICADORES DE POBREZA

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013), com o seu grande potencial natural, a Guiné-Bissau é um país onde maioria da população vive a baixo da linha de pobreza. Faz parte da categoria dos países mais pobres do mundo e o nível atual de crescimento da pobreza é preocupante. O índice de desenvolvimento humano (IDH) do PNUD classificou o país, no ano de 2013, em 176º no ranking de 186 países. Ainda no sobre este âmbito de redução da pobreza (ILAP2, 2010), o país situa-se a taxa de pobreza global da população vivendo com menos de 2 dólares por dia em 69,3%, e do número de pessoas vivendo com menos de 1 dólar diário (pobreza extrema) em 33%.

As infraestruturas são fracas e o êxodo rural é massivo. A esperança média de vida é de aproximadamente 47 anos¹. Até o presente momento a falta de energia, água potável, saneamento básico, habitação social, justiça social, liberdade de expressão são, entre outros fatores, de instabilidade política que dificulta a boa governação, o investimento estrangeiro e

¹ Só para se ter uma noção, no Brasil essa média é superior a 70 anos.

o crescimento do PIB. De modo geral, a economia guineense, é basicamente agrícola com fraco setor industrial, funcionando às vezes sem a energia elétrica, com quase 89.1% das infra-estruturas habitacionais e rodoviárias precárias (INEC, 2009, p.14). As instabilidades políticas não permitiram criar as melhores condições de execução das políticas públicas mínimas.

Tabela 1: Incidência, Profundidade e severidade da pobreza (%) nas regiões da Guiné-Bissau.

Regiões	Incidência			Profundidade			Severidade		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Tombali	41,3	73,4	68,9	3,9	11,3	10,2	0,5	2,2	2,0
Quinara	12,8	61,5	51,6	1,2	9,6	7,9	0,2	1,9	1,6
Oio	24,8	76,0	68,2	2,3	11,8	10,3	0,3	2,3	2,0
Biombo	43,9	62,0	59,9	6,1	9,9	9,5	1,2	2,0	1,9
B. Bijagós	18,9	84,0	65,9	1,7	17,3	12,9	0,2	4,0	3,0
Bafatá	13,6	42,8	37,2	1,4	5,1	4,4	0,2	0,9	0,7
Gabú	12,6	47,8	39,9	1,2	6,1	4,9	0,2	1,1	0,8
Cacheu	13,2	61,1	50,7	1,2	8,7	7,1	0,2	1,7	1,4
SAB	2,6		2,6	0,3		0,3	0,0		0,0
Guiné-Bissau	8,4	60,3	39,9	0,9	8,8	5,7	0,1	1,7	1,1

Fonte: Análise da pobreza não-monetária, Ministério da Economia, do Plano e da Integração Regional/PNUD Fevereiro 2011.

Segundo levantamento do Fundo Monetário Internacional (FMI, 2011), há três grupos de regiões que podem ser distinguidos, a saber: as regiões de Gabú, Bafatá e SAB, que registram incidências inferior à média nacional, 39,9%, os outros são as regiões de Tombali, Oio e Bolama Bijagos que são mais afetadas pela pobreza com uma incidência superior a 60% e as regiões de Biombo, Quinara e Cacheu, com a incidência de pobreza não monetária entre 50 e 60%. Estes resultados confirmam que a pobreza aumentou na última década em contraste acentuado com as evidências regionais. Isso, muitas vezes, aumenta uma fuga de imigração a estas regiões com menos riscos de pobreza, além disso, há mais facilidade de conseguir emprego.

4. CONCEITUANDO POLÍTICAS PÚBLICAS

Segundo Bobbio (2002) apud Secchi (2010), *Política* é a atividade humana ligada a obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o ser humano. Segundo Secchi, este tipo de política se entra muitas das vezes nos países de língua portugueses como por exemplo: “meu cunhado adora falar sobre política”, “a política é para quem tem estômago”, “a política de Brasília está distante das necessidades do povo”.

Importante frisar a noção sobre políticas públicas, trazendo uma discussão a respeito da diversidade conceitual existente na literatura especializada, que segundo o autor Leonardo Secchi (2010, p.10) “não há um consenso quanto à definição do que seja uma política pública,” que para ele são diretrizes voltadas para resolução de problemas públicos. As políticas públicas são princípios e diretrizes que norteiam as ações do poder público elas são aplicadas em todas as áreas sócias com o objetivo de promover o desenvolvimento o problema é que nem sempre o resultado obtido é compatível com a intenção inicial dos gestores.

As políticas públicas se encontram por meio de programas públicos, campanhas publicitárias, subsídios governamentais, projetos, leis, decisões judiciais, contratos com stakeholders, esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, rotinas administrativas, coordenação em rede autores, gasto público direto dentre outros. “Para aqueles que acreditam em espírito, é como dizer que a política pública é uma alma, e esta precisa de um corpo para tomar vida. (Secchi, 2012, p. 11).

Política pública pode ser também uma orientação à atividade ou passividade de alguém, o que decorrer dessa orientação também faz parte da política pública, muitas vezes esses enlaces estão pertencentes à elaboração de políticas por indivíduos e organizações, não vinculados ou relacionados ao Estado, ao fato de uma negligência ou omissão diante de um problema público ser considerado uma política pública. Este tipo de política é muito comum nos países africanos que os atores “não estatais até têm o poder de construir, ou seja, influência no processo de elaboração de políticas públicas, mas não confere a eles o privilégio de estabelecer e liderar um processo de política pública” (Secchi, 2010,p.3). Nesse caso o Estado deve assumir o seu papel para enfrentar qualquer que seja problema que afeta a vida dos seus cidadãos.

Atualmente, a questão de quem faz a política pública tem um conceito mais moderno que não é apenas o poder público sozinho quem faz políticas públicas, mas sim ele compartilha esta responsabilidade com vários atores e com redes de associações com movimentos sociais os meios de comunicação até se pensar na política internacional, as políticas no sistema Organização das Nações Unidas (ONU), então assim o conselho de

política está sendo ampliado mais voltado para a questão no foco e na resolução do problema público do que sobre o autor que faz a política pública que deveria ser autor governamental.

Para que uma política pública seja operacionalizada, instrumentalizada, ela pode ser feita de várias formas com incentivos, com punições, com fiscalização, com obras públicas com leis todos esses são ferramentas para fazer com que essa vontade, essa diretriz seja operacionalizada. Nesse sentido é importante detalhar o ciclo de políticas públicas para que o processo tudo seja compreendido.

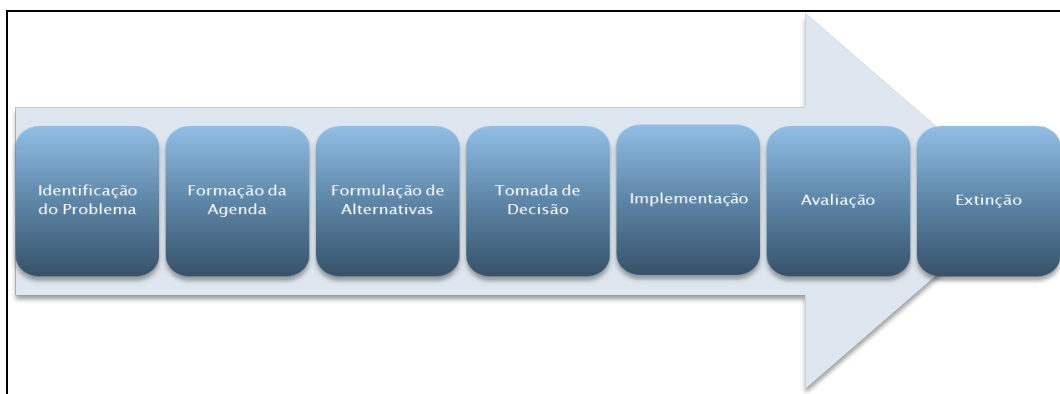
IV.2 CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Leonardo Secchi (2010), publicou em seu trabalho sobre o processo de elaboração de políticas públicas, conhecido como ciclo de políticas públicas ou *policy cycle*, que é reconhecido como eixo central das principais obras na literatura internacional. O autor explica a utilidade do ciclo políticas públicas na organização das ideias, à redução da complexidade das políticas e à contribuição na criação de um referencial comparativo entre casos diferentes.

O ciclo de políticas públicas é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política em fases sequenciais e interdependentes (Secchi, 2010). “Nem sempre o ciclo de políticas públicas funciona de forma sequencial e raramente reflete a dinâmica empírica de desenvolvimento de uma política pública” (Souza, 2015, p.78).

O processo para elaborar uma política pública também consiste nas sete etapas principais: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção.

Figura 3: Esquema do Ciclo de Política Pública.



Fonte: Adaptado de Secchi (2010, p. 33).

A importância do ciclo de políticas públicas é que nele se encontram diferentes atores, pesquisadores, sociedade civil, organização não governamentais, administradores entre outros; na busca de soluções para resolver problemas mais complexos que afeta os cidadãos.

Vamos falar um pouco de cada uma destas etapas.

1. Identificação do problema

Na concepção de Secchi (2010, p.34) “um problema público é a diferença entre o que é e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública”. Nem todos os países têm privilégio de ter um governo que enxerga e se interessa pelo problema e que busca soluções.

“Um problema público pode estar presente por muito tempo, mas não receber suficiente atenção porque a coletividade aprendeu a conviver com ele, como o caso da favelização das periferias das grandes cidades” (Secchi 2010, p. 34). No caso da Guiné-Bissau, é muito real este tipo de situação, onde o governo ao invés de servir o povo, serve somente a sua casa e os seus familiares. Certamente os cidadãos já se acostumaram a viver com esta situação. Com 47 anos de independência, os atos de corrupção ainda são vistos como uma coisa normal.

Na percepção de Sjöblom (1984), um problema público não existe senão na cabeça das pessoas. No momento que este problema começa afetar grande número de pessoas ele vai afetar ainda mais pessoas futuramente. Neste momento que entra preocupação dos autos relevantes; a delimitação de um problema público é politicamente crucial no processo de elaboração de uma política pública; a avaliação da possibilidade de resolução: costuma-se dizer que um problema sem solução não é um problema.

Se um problema é identificado por algum autor político, e esse autor tem interesse na resolução de tal problema, este poderá lutar para que tal problema entre na lista de prioridades de atuação. Essa lista de prioridades é conhecida como formação da agenda.

2. Formação da agenda

A formação da agenda “pode tomar forma de um programa de governo, um planejamento orçamentário, um estatuto partidário ou, ainda, de uma simples lista de assuntos que o comitê editorial de um jornal entende como importante” (Secchi, 2010, p.36). De acordo com Secchi (2010), existe três tipos de agenda:

- ✓ *Agenda política*: conjunto de problemas ou temas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública;
- ✓ *Agenda formal*: também conhecida como agenda institucional, é aquela que elenca os problemas ou temas que o poder público já decidiu enfrentar;

- ✓ *Agenda da mídia*, ou seja, a Lista de problemas que recebe atenção especial dos diversos meios de comunicação.

Como destaca Subirats (1989), a limitação de recursos humanos, financeiros, materiais, a falta de tempo, a falta de vontade política ou a falta de pressão popular podem fazer com que alguns problemas não permaneçam por muito tempo, ou nem consigam entrar nas agendas.

3. Formulação de alternativas

A partir da introdução do problema, os esforços da etapa de construção das alternativas é o momento em que são elaborados métodos, programas, estratégias ou ações que poderão alcançar os objetivos estabelecidos (Secchi, 2010). Para estudarmos o ciclo na formação das alternativas, a política pública deve considerar o tipo de cultura política de cada comunidade, de cada país e de cada região.

Guiné- Bissau é um país onde a classe dominante nas políticas são, sobretudo, os comerciantes (elites), que são detentores do poder de decisão, onde eles levam em consideração programa de interesses deles que devem entrar na agenda do governo, e sempre busca a forma de permanecer no poder. Nesse caso, realça a importância da intervenção de movimentos sociais, ONGs, administradores entre outros órgãos competentes com finalidade de formular um programa voltado ao bem-estar social de toda a comunidade.

4. Tomada de decisão

No processo de elaboração de uma política pública, a tomada de decisões é vista como a etapa que sucede a formulação das alternativas de solução. Segundo Secchi (2010), existem três formas de entender a dinâmica de escolha de alternativas de solução para problemas públicos:

- ✓ Os tomadores de decisão têm problemas em mãos e correm atrás de soluções;
- ✓ Os tomadores de decisão vão ajustando os problemas às soluções, e as soluções aos problemas;
- ✓ Os tomadores de decisão têm soluções em mãos e correm atrás de problemas.

No momento da decisão, vários fatores irão contribuir para a escolha de uma entre várias alternativas. As metodologias de decisão de uma proposta poderão ser individuais e/ou

grupais. Propomos que dificilmente se poderão separar os dois critérios apresentados (individuais e grupais), quando não analisamos: valores, afiliação política, interesses constitutivos, opinião pública e regras decisórias.

Ainda segundo Secchi (2010), empreendedores de políticas públicas, sejam eles governamentais ou não governamentais, buscam deixar suas marcas por meio de políticas públicas adotadas e reconhecidas. Um governo reconhecido pelo povo é aquele que atua na ampliação do posto público, escolas, na agricultura, facilitação de crédito, pagamentos de salários, entre outros.

5. Implementação da política pública

A fase de implementação é aquela em que regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções em ações (O'Toole Jr., 2003). Implementação de políticas públicas não se traduz apenas em problema técnico ou problema administrativo, mas sim em um grande emaranhado de elementos políticos que frustram os mais bem-intencionados planejamentos (Secchi,2010 p.45).

Os governantes devem enxergar e aprender com os erros anteriores à tomada de decisão, a fim de detectar problemas mal formulados, objetivos mal traçados, metas não atingidas, e procurar sempre a solução do problema que afeta o cidadão com eficiência e eficácia. A implementação de políticas públicas ocorre na fase do processo em que as decisões se traduzem em prática. A interação da política entre o governo e os diversos atores distribuídos entre o ciclo das políticas é essencial para um bom resultado de sua implementação. (SILVA, et al, 2017, p.37).

6. Avaliação da política pública

A avaliação da política pública é o “processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática” (Anderson, 1979 apud Secchi, 2010, p.49). O processo de avaliação de uma política pública dá-se a partir do momento em que efeitos são gerados, possibilitando a análise de indicadores que demonstrem em que nível as metas foram atingidas (Silva, 2017, p.37). A avaliação das políticas públicas refere-se às atividades realizadas por conjunto de atores estatais e sociais com o intuito de determinar como uma política pública se saiu na prática, bem como estimar o provável desempenho dela no futuro. A avaliação pode aumentar de forma significativa a sensibilidade e a percepção que os autores políticos têm sobre a política pública, a fim de melhor ela.

Existem situações em que as avaliações são difíceis de executar porque os objetivos da política pública não estão claros. Em outras situações, os objetivos são explícitos, mas servem apenas para fins simbólicos. Em alguns casos os resultados e as recomendações da avaliação podem retroalimentar novas rodadas de criação de políticas e levando ao aprimoramento do desenho e da implementação de uma política pública, ou até à sua completa reforma ou revogação.

7. Extinção da política pública

Análise feita a partir dos estudos de Secchi e Souza (2015, p. 82), os quais consideram que o ciclo de política pública também tem um fim, no momento da morte ou extinção da política pública. Geralmente o termo “extinção de políticas públicas” pode ocorrer em três situações:

- ✓ É quando o problema que originou a política é percebido como resolvido pela assembleia;
- ✓ É quando os problemas, as leis ou as ações que ativavam a política pública não é mais desfrutado pelos atores ou pela opinião pública são percebidos como ineficazes;
- ✓ Um problema, embora não resolvido, pode perder aos poucos sua importância e cair no esquecimento dos atores políticos, justificando a extinção da política pública.

A extinção de qualquer política pública envolve diferentes interesses sociais e muitas das vezes são marcados por conflitos. A extinção de qualquer política pública é difícil devido à relutância dos beneficiados, à inércia institucional, ao conservadorismo, aos obstáculos legais e aos altos custos de iniciação (start-up costs). (Secchi,2010, p.53). Pode-se afirmar que a relutância intelectual centra-se no fato de que as pessoas não gostam de lidar com “finais” e preferem lidar com “inícios”. (Souza,2015, p.87). Na concepção de Shecchi (2010), as políticas de tipo redistributiva são difíceis de serem extintas em virtude do alto grau de conflito que geram entre grupos potencialmente beneficiários e grupos pagadores.

5. RESULTADOS

5.1. O PROBLEMA DA POBREZA E DA FOME NA GUINÉ BISSAU

Após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a Agricultura e Alimentação (FAO). O FAO é a agência especializada que trabalha no combate à fome e à pobreza por meio da melhoria de acesso a alimentos de boa qualidade para que os seres humanos possam levar uma vida ativa e saudável através do desenvolvimento agrícola. Em 1983, a FAO mostrou um novo conceito de Segurança Alimentar dividido em três eixos:

- ✓ a oferta adequada de alimentos;
- ✓ a estabilidade da oferta e do mercado dos alimentos; e
- ✓ a segurança no acesso dos alimentos ofertados.

Na Jornada Mundial de Alimentação em Roma (1996), a FAO definiu Segurança Alimentar como “o acesso por parte de todos, durante todo o tempo, a quantidades suficiente de alimentos para levar uma vida ativa e saudável.”

Segundo SILVA (2014, p. 7):

A temática da segurança alimentar e nutricional (SAN), sua inserção na agenda governamental, tanto em nível internacional quanto nacional, sempre se viu permeada por inúmeros interesses e pelo envolvimento de diferentes atores sociais com maior ou menor poder de influência em termos de decisão política.

Ao longo das décadas, do governo de Guiné-Bissau houve vários conflitos militares, golpes de estado, mau planejamento de programas, todos estes resultados negativos é que leva o país ao subdesenvolvimento até os dias atuais. World Food Summit (1996), afirma que um ambiente político, social e econômico pacífico, adequado e estável, é a condição essencial para que os Estados sejam capazes de dar prioridade à segurança alimentar e à erradicação da fome e da pobreza.

Propondo que o ambiente político, social e econômico pacífico, com a participação da sociedade civil (igualdade entre homens e mulheres) e também atores políticos com os direitos a proteção e liberdade de opinar em qualquer programa do estado, acredita-se que desta forma a sociedade guineense conquistará a segurança alimentar e acabara com a pobreza. Segundo os debates sobre cúpula Mundial da Alimentação em Roma (1996), propõe

que os governos são responsáveis por criar um bom ambiente propício para que as iniciativas privadas e coletivas concentrem os seus conhecimentos, esforços, recursos e, sobretudo, investimentos, no objetivo comum de garantir alimentos a todos. Para alcançar esse objetivo tem que ter uma cooperação forte entre entidade privada, a participação de ONGs e os membros da sociedade.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), existe segurança alimentar num agregado quando todas as pessoas têm sempre acesso físico e econômico a uma alimentação nutritiva, saudável e em quantidade suficiente para atender às necessidades e preferências para uma vida ativa. Para ter segurança alimentar, acesso a alimentação de qualidade e em quantidade suficiente é direito de todos cidadãos, porém, existem inúmeras necessidades “básicas” que também precisam ser supridas.

Segundo Belik (2003), segurança alimentar e nutricional tem três aspectos principais: quantidade, qualidade e regularidade no acesso aos alimentos. A alimentação disponível para o consumo da população não pode estar submetida a qualquer tipo de risco por contaminação, problemas de apodrecimento ou outros decorrentes de prazos de validade vencido. Evidentemente, a qualidade dos alimentos diz respeito também à possibilidade de consumi-los de forma digna. Dignidade significa permitir que as pessoas possam comer em um ambiente limpo, com talheres e seguindo as normas tradicionais de higiene.

Nesse caso, seriam condenadas certas práticas como ministrar rações, preparados energéticos e outras misturas visando combater os efeitos da desnutrição. Há também uma corrente muito forte de estudiosos e mesmo entre os militantes das causas ambientais que consideram que no aspecto da qualidade para a segurança alimentar não seria admissível o uso dos alimentos transgênicos. O último elemento referente à definição de segurança alimentar diz respeito à regularidade. Isso quer dizer que as pessoas têm que ter acesso constante à alimentação (alimentando-se ao menos três vezes ao dia, como se passou a considerar recentemente). Portanto não se considera isenta de risco uma população que tenha acesso restrito aos alimentos como, por exemplo, aqueles que recebem esporadicamente cestas básicas (Pessanha, 2001, apud Belik, 2003. p. 14).

A Guiné-Bissau é um país que possui recursos para se desenvolver, mas os políticos e militares são principais fatores de instabilidade do país. Politicamente, o país está mais uma vez numa situação de crise política, muitas vezes influenciada de uma forma direta ou indiretamente o trabalho dos agricultores, isso leva os parceiros internacionais a ficar com medo de investir no país. Quanto a segurança alimentar na Guiné-Bissau, alguns agricultores conseguem manter a alimentação dia a dia e outros não conseguem garantir este sustento por

longo período de tempo. De acordo com Rui Fonseca, encarregado da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) em Bissau, um inquérito realizado em 2011 mostrava que 20% da população rural estava num estado de insegurança alimentar severa, o que corresponde às quase 180 mil pessoas. Nesse sentido, o Estado precisa criar políticas públicas de diversificação as exportações agrícolas a fim de melhorar situação de vida das populações rurais.

A falta de segurança política no país, leva o setor agrícola a não executar seus trabalhos como deveria ser, mas apesar de tanta dificuldade que o país está enfrentando, o povo continua na agricultura, neste sentido entra a importância da agricultura familiar na Guiné-Bissau, mesmo sem apoio do governo, os agricultores não deixam de cultivar.

A população parece ter desenvolvido uma habituação à instabilidade que tem como base o acesso a recursos alimentares (arroz, peixe, fruta, aves, porcos e vacas) com alguma facilidade quer haja ou não salários em dia ou a actividade económica seja dinâmica ou estagnada, que lhes permite evitar conflitos sociais de maior violência. (SANGREMAN, 2016, p.23).

O papel do Estado é para garantir segurança alimentar em todo país e melhorar a vida das populações mais pobres e carenciados na zona urbana e zonas rurais e criar um programa exclusivamente de apoio e defesa das mulheres. O estado nutricional das crianças é um reflexo da sua saúde em geral. Quando as crianças têm acesso a uma alimentação adequada, não ficam expostas a doenças repetidas e quando são bem cuidadas, atingem o seu potencial de crescimento e são consideradas bem nutridas.

De acordo com (UNICEF, 2014), a Guiné-Bissau se encontra numa situação nutricional das crianças que deixa pais cada vez mais preocupante que estão afetando população da zona rural, mais de que população da zona urbana, segundo levantamento feito pelo (MICS, 2010) reportou uma taxa de 21 % de prevalência do déficit ponderal no meio rural, contra 13 % no meio urbano a nível nacional. As causas da nutrição inadequada são muitas e intimamente relacionadas, incluindo limitações ecológicas, sanitárias e culturais, mas a causa principal é a pobreza. (FAO, 1974 apud Jonsson, 1989, p. 49). O Diretor-Geral da FAO, José Graziano da Silva, afirmou em 2014 que “Temos o conhecimento, a experiência e os recursos necessários para superar todas as formas de nutrição inadequada”. Ainda segundo ele, “Os governos devem liderar o caminho (...), mas a pressão para melhorar a nutrição global deve ser um esforço conjunto, envolvendo organizações da sociedade civil e o setor privado.” Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) apelam à redução da mortalidade infanto-

juvenil em dois terços, de 1990 a 2015. A monitorização dos progressos para atingir esta meta é um objetivo importante, mas difícil.

Ainda segundo UNICEF (2014), praticamente uma em cada seis crianças com menos de cinco anos de idade na Guiné-Bissau apresenta insuficiência ponderal (peso insuficiente) moderada e grave (17%) e 4% são classificadas como insuficiência ponderal grave. Mais de um quarto das crianças apresentam um atraso no crescimento moderado e grave ou são demasiado baixas para a idade e 8% com atraso de crescimento grave. Quanto ao emagrecimento, 6% são moderadamente e grave e 1% são graves. 2% das crianças menores de 5 anos de idade apresentam um excesso de peso moderado ou demasiado para a sua altura.

Na Guiné-Bissau 51% das mulheres de 15-24 anos são alfabetizadas contra 70% dos homens. Para mulheres, esta taxa é maior no meio urbano (73%), contra 25% no meio rural. Comparativamente aos homens, a taxa é de 86% no meio urbano e 54% no meio rural. Estas atividades têm um impacto direto sobre a taxa de escolarização das mulheres a alfabetização de mulheres, seus estados de saúde e capacidade produtiva. (DENARP II, 2011, p. 25).

O quinto inquérito aos Indicadores Múltiplos (MICS5) foi realizado em 2014 pelo Ministério da Economia e Finanças, através da Direção Geral do Plano e o Instituto Nacional de Estatística (INE), apurou em geral, 75% da população está a usar uma fonte melhorada de água potável, 92% no meio urbano e 61% no meio rural. A situação na Região de Biombo e Oio é consideravelmente pior que noutras regiões; apenas 39% e 41% da população nesta região tem acesso a uma fonte melhorada de água, respectivamente. A maior percentagem da população que usa fonte de água potável concentra-se no Sector Autônomo de Bissau (SAB), com 97%.

Guiné-Bissau é um país pequeno, mas com condições naturais propícias para enfrentar e acabar com a fome e pobreza, mas isso aconteceria se o governo investisse mais na agricultura. Para promover a SAN, é preciso uma atenção especial à agricultura familiar, ou seja, para que as famílias possam organizar-se e produzir o suficiente para consumir e vender o excedente para melhorar a sua condição de vida. Nesse sentido, a FAO passou então a declarar que o problema da fome global não é uma questão exclusiva de pouca disponibilidade de alimentos, mas sim derivada da pobreza de grande parte da população (SILVA, 2014, p.11).

A pobreza e a falta de acesso aos bens e património (em dinheiro), leva à pessoa a vulnerabilidade, corrupção, guerra, conflitos armados, terrorismo, as modificações ecológicas relacionadas com o clima e a degradação do meio ambiente tem o efeito negativo na sobrevivência das pessoas.

Como demonstrou o diagnóstico participativo do processo de elaboração do DENARP, a eliminação da pobreza, exige uma abordagem abrangente que toma em conta tanto os aspectos económicos, sociais e institucionais assim como culturais e ambientais. Nesta perspectiva, os problemas transversais como o da boa governação, luta contra corrupção, respeito pelos direitos humanos, a igualdade entre géneros, luta contra a pandemia do VIH/SIDA e as suas múltiplas consequências, reforço da capacidade institucional, a conservação do ambiente entre outro, têm uma importância particular. (DENARP I, 2005, p. 25)

3.3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO (SAN) NA GUINÉ-BISSAU

Com instabilidade política Guiné-Bissau está se deparando com vários problemas, atualmente nenhum governo consegue executar o seu programa e isso leva o país a se aprofundar cada vez mais no rio da pobreza e miséria. Hoje o mundo enfrenta um grande desafio de desenvolvimento de milênio para acabar e diminuir as ameaças à segurança alimentar, ao fornecimento de energia, bem como as alterações climáticas exigem a mobilização de todos os cidadãos para lutar contra a pobreza. Para alcançar a esta meta precisamos de uma reforma política em todo setor do estado da Guiné-Bissau.

Uma agenda governamental é definida a partir de um conjunto de temas ou problemas em pauta, sob um determinado momento, que demandam a atenção da equipe de governo e seus assessores. No entanto, dada a grande variedade de questões que vão surgindo, e sendo assumidas socialmente como problemas, somente algumas delas são de fato consideradas na agenda de ação governamental, ou seja, serão englobadas como políticas públicas e determinarão procedimentos e especificação de alternativas (SILVA, apud NAGEM, 2011).

O tema Política Nacional Segurança Alimentar sendo imediatamente introduzido na agenda institucional do governo, porque envolve interesse de diferentes autores sociais tanto em nível internacional quanto nacional e com maior ou menor poder de influência em termos de decisão política.

3.4. POLÍTICAS ESPECÍFICAS DE SAN

“São aquelas políticas destinadas a promover a segurança alimentar e combater diretamente a fome e a desnutrição dos grupos populacionais mais carentes” (OKAMOTTO, 2001, p.15).

Nenhum plano de desenvolvimento é válido, se não conduzir em prazo razoável à melhoria das condições de alimentação do povo, para que, livre do peso esmagador da fome, possa este povo produzir em níveis que conduzam ao verdadeiro desenvolvimento econômico equilibrado, daí a importância da meta “Alimentos para o povo”, ou seja, “a libertação da fome” (CASTRO apud SILVA, 2014, p.1).

Em Guiné Bissau, o Governo implementou o Programa Nacional de Segurança Alimentar (PNSA), 2008-2012, cujo objetivo global era aumentar a segurança alimentar ao nível nacional e ao nível das famílias, numa perspectiva sustentável, com atenção particular às mulheres e as famílias rurais mais pobres, tendo em conta a situação atual de segurança alimentar no país.

Antes, em 2005, um quadro nacional de concertação das organizações camponesas e produtores agrícolas, impulsionado pela Rede de Organizações Camponesas e Produtor Rural. Paralelamente surge a Associação Nacional dos Agricultores da Guiné-Bissau (ANAG), que conta com 87 associações e associados e é a principal organização privada que representa os interesses de pequenos, médios e grandes agricultores e; a Associação de Mulheres das Atividades Económicas (AMAE) que agrupa cerca de 10 mil mulheres. Com instabilidade política e falta de investimento financeiro dos parceiros e também falta de intervenção das empresas privadas, levou em insucesso.

O Programa Nacional de Investimento Agrário (PNIA), foi uma política que tentou desenvolver com eficiência a agricultura do país se fosse contemplado no Orçamento Geral do Estado. Em 2010, o Governo implementou um novo Programa Nacional de Investimento Agrícola (PNIA) que tinha como objetivo promover desenvolvimento agrícola, com finalidade de acabar com fome, desnutrição, insegurança alimentar e favorece a cultura dos nossos costumes alimentares (arroz, mancará, feijão, mandioca, *manfafa*, *nhambi*, *tifa*, batata, os legumes, os frutos, os produtos agroflorestais alimentares), promove também criação de animais de cilho curto (vaca, cabra, galinha, ovos, porco, patos). Mas por falta de interesse das governantes elites (comerciante, ministros de ministérios), que falam de desenvolvimento, mas na prática compram alimentos fora do país para vender no país.

5.1.1. POLÍTICAS DE GERAÇÃO DE EMPREGO E AUMENTO DA RENDA

Em 2006, a taxa de desemprego entre a população de mais de 15 anos de idade foi estimada em 12,4% em todo o território nacional (INEC, 2000). Segundo dados de estatística feito pelo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP, 2009).

A situação do emprego é fundamental para se pensar em SAN. O Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH, 2009), indica que a população potencialmente ativa, (15 anos e mais) é de 37,7% da população total da Guiné-Bissau e cerca de 61% desta faixa etária. As mulheres ocupadas com 6 anos e mais, constituem mais de 65% da população residente feminina, sendo menos de 2,0% desta população consideradas inativas. A taxa de emprego é de 89% e não revela a situação de subemprego, sobretudo no meio rural. A situação de emprego dos jovens cuja taxa de ocupação da faixa etária 15 – 24, é de 10,6% em 2009 com uma taxa de 4,6% para as mulheres.

Com o subemprego e o desemprego entre os jovens, a taxa de desemprego é, provavelmente, cerca de 30%. Assim, a questão do emprego estará no centro das opções estratégicas do DENARP II, ao nível da agricultura, da pesca e das atividades de transformação assim como, ao nível das opções da política de investimento público que deve ser um alicerce para a criação de empregos qualificado e não qualificado. Alta taxa de desemprego, o governo precisa promover investimento privado, tanto nacional como estrangeiro, e atrair investidores estrangeiros que tragam competências de empreendedorismo e de conhecimento dos mercados, acabar com a arbitrariedade, a falta de financiamento, a falta de formação, a ausência de apoio e aconselhamento às empresas, externalidades negativas, o tempo de registo de uma empresa, entre outros; mais de 30% das empresas julgam a administração fiscal como um constrangimento na Guiné Bissau. (DENARPII, 2011, p.33).

O governo guineense tem que determinar o salário mínimo, e minimizar a distância entre salários mais altos a fim de acabar com sofrimento de população que sai de zonas rurais em busca de melhor condição de vida na cidade. O setor agrícola em Guiné-Bissau emprega mais da metade da população ativa (cerca de 85%) que, na sua maioria, a pratica da agricultura de subsistência em meio rural, sem recursos financeiros suficientes e sem acesso a tecnologias mínimas ou infraestruturas necessárias (estradas, armazenamento ou sistema de irrigação).

Abaixo seguem alguns programas governamentais que contribuem com a SAN:

- ✓ Programa escolas para todos (pré-escola, ensino básico elementar, ensino básico complementar, fundamental, ensino superior) nas zonas rurais que vai ser uma forma de incentivar aderência dos alunos que tem familiares vulneráveis;
- ✓ Expandir escola em todo território nacional a fim de minimizar fuga de jovens que são força motor de trabalho no campo dos seus pais, em busca de aprendizagem na cidade;
- ✓ Ofertar cursos grátis de técnico profissionalizante em todo território nacional, sem exceção dos sexos e integrando a questão da igualdade de género em termos de oportunidades de acesso e de formação;
- ✓ Facilitação e ampliação das linhas de crédito (Públicas e privadas) para geração de renda nas regiões;
- ✓ Incentivar microempreendedores Individuais, que estimulam profissionais a transformarem seus talentos em negócios;
- ✓ Criação de oportunidade de emprego jovem nos setores: agroalimentar através de sistemas de aquacultura, agricultura comercial ou agrobusiness, no alcance de níveis individual, comunitário e familiar;
- ✓ Criação de programas de volta ao mercado de trabalho para pessoas acima da idade.

5.1.2. PREVIDÊNCIA SOCIAL UNIVERSAL

A previdência também é uma questão fundamental para se pensar em SAN.

No ARTIGO 46º da Constituição de Guiné Bissau diz que: “O Estado criará gradualmente um sistema capaz de garantir ao trabalhador segurança social na velhice, na doença ou quando lhe ocorra incapacidade de trabalho”.

Segundo (MARTINS,2008, p.61-62), o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) é uma entidade administrativa e financeira autónoma, sob supervisão do Ministério do Trabalho. As suas principais características são definidas pela lei, incluindo as condições de afiliação, e as contribuições e os benefícios. Os funcionários públicos não gozam desse direito mais é obrigado a pagar 18% dos seus salários. O INPS atribui os seguintes benefícios:

- I. Benefício em caso de doença (consultas e medicamentos), este benefício prevê 25 por cento de pagamento pelos seguros (50 por cento para dependentes);
- II. Compensação salarial durante os períodos da doença,

- III. Evacuação para o estrangeiro;
- IV. Cobertura familiar (até três crianças);
- V. Benefício por invalidez (após a declaração oficial de invalidez);
- VI. Benefício de pensão (mínimo de 10 anos de inscrição; a pensão mínima do Estado é de 20,000 Francos CFA por mês - atualmente estão inscritas 979 pessoas); e
- VII. Benefícios de viuvez. Também existem planos para a construção de casas sociais assim como uma clínica privada.

Os funcionários públicos só vão se beneficiar desse programa quando o Estado deixar nomeação de compromisso política e nepotismo, colocar técnicos formados nas áreas de segurança social, ampliar este programa sem exceção de raça, sexo, agricultor, pobre, deficientes, para que toda sociedade se beneficie dele. Com falta de investimento leva os atores não-estatais a tomar muitas das vezes lugar do Estados (MARTINS,2008. p. 64):

- A Igreja Católica se encontra rede de escolas missionárias e postos de saúde que são geridas normalmente em cooperação com o governo;
- As igrejas evangélicas provenientes do Brasil estão a aumentar a sua presença, especialmente na capital, frequentemente atraindo os pobres já que elas fornecem comidas e outros apoios;
- As ONGs internacionais presentes na Guiné-Bissau. Muitas das vezes seus principais alvos são os grupos vulneráveis;
- Que tende a se destacar mais é a Plan Internacional, que atua na região de Bafatá e fornece pacotes de serviços sociais a 16.000 crianças. Estes pacotes são financiados por patrocinadores da Europa e da América do Norte;
- SOS Children Villages atualmente albergam nas suas três instalações mais de 300 órfãos e/ou crianças abandonadas.

5.1.3. INTENSIFICAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

A reforma agrária é outra política pública fundamental para se pensar em SAN. Trata-se de um conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção.

Mesmo contribuindo na melhoria no nível de vida familiar e no crescimento do PIB, não há o devido reconhecimento perante a sociedade, dificultando-a o seu acesso à terra, os insumos agrícolas e créditos. Segundo programa de CPLP cita que o cajueiro foi o elemento que revolucionou a questão da terra na Guiné-Bissau. A demanda da terra cresceu de uma forma exponencial devido a dois fatores essenciais (CPLP,2009, p.15):

- ✓ As famílias camponesas procuram expandir rapidamente as suas zonas de cultura em resposta à demanda indiana sobre a castanha de caju;
- ✓ Investidores de origem urbana “invadem” literalmente as zonas rurais à procura de terras de planalto para a plantação de cajueiros.

Assim, é fundamental a criação de um programa de distribuição da terra (reforma agraria), promover palestras, seminários e capacitar os agricultores familiares, melhorar o acesso às tecnologias (sementes selecionadas, capacitações e maquinários) para os pequenos produtores rurais.

5.1.4. POLÍTICAS AGRÍCOLAS

Para Amilcar Cabral, mais do que o refrão da época, “a agricultura é a base da economia”, ele defendia claramente que “a agricultura era a própria economia da Guiné” pelo que era importante os serviços aproximarem-se dos pequenos agricultores. (SCHWARZ, 2012, p.6).

Conforme DENAP II, (2011), a agricultura na Guiné-Bissau é o setor que mais emprega a população 85%, contribuindo mais de 50% do PIB e 80% das exportações, onde a castanha de caju é o principal produto comercial cuja a sua contribuição é de 93% das receitas de exportação do país. Em seguida vem os produtos da pecuária representam cerca de 17% do PIB nacional e 32% do PIB agrícola. Onde a pesca constitui a segunda fonte de receitas na Guiné-Bissau.

Tabela 2: Despesas Recorrentes do Governo e Investimento Público por Sector em 2005

	Despesas primárias atuais	Investimento público
Sector socioeducativo	5.6	1.6
Saúde	1.7	0.9
Educação	3.7	0.7
Sector Económico	3.6	
Agricultura	0.3	0.3
Pescas	0.2	
Infraestrutura	0.3	2.3
Energia e Indústria	0.1	2.0
Sectores Institucionais	2.6	
Presidência e Prematura	0.7	
Assembleia Nacional	0.7	
Judiciária	1.2	
Sector de Segurança	7.0	
Outros	6.5	9.2
Total	27.2	9.2
PIB em bilhões CFA	148.7	

Fonte: Ministério da Economia e Ministério das Finanças.

Defendeu Aníbal Pereira, “já que se diz que a agricultura é a base de sustentação da nossa economia e do nosso desenvolvimento, gostaríamos de ver, finalmente, uma boa dotação orçamental para este setor vital a partir das propostas constadas no PNIA”, há uma grande contradição por parte dos nossos governantes no que diz respeito à pertinência deste sector.

5.1.5. INCENTIVO À AGRICULTURA FAMILIAR

Segundo o Rui Fonseca, encarregado da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) em Bissau, um inquérito realizado em 2011 mostrava que 20% da população rural estava num estado de insegurança alimentar severa corre graves riscos de insegurança alimentar por não produzir outros produtos que antes produzia e exportava. A agricultura se encontra numa forma menos mecanizada com baixo nível tecnológico o que leva a ter pouca produtividade, fazendo com que os levam a sua vida no campo não puderam melhorar os seus empreendimentos agrícolas e ter o mesmo padrão da vida com as pessoas da zona urbana.

Considera essencial uma política agrícola que favoreça, de fato, a agricultura familiar no país, visando o aumento da produção de alimentos e a proteção ao agricultor de menor renda. Isto pode ser conseguido através de um conjunto de políticas que combinem:

- 1) Programa produções alimentares com acções específicas: formação e palestras sobre melhoramento das técnicas de cultivo, pequenas máquinas agrícolas, protecção das culturas, o uso e gestão de água e nas actividades de post-colheita; no acompanhamento e assistência técnica;
- 2) Incentivar a população a necessidade de voltar para a agricultura familiar, sobretudo os jovens e mulheres, é necessário que saibam que agricultura é um campo de negocio e pode melhorar as suas condições de vida e acabar com fome no país.
- 3) Incentivar aumento de produção dos arrozais de mangal e dos pequenos vales;
- 4) Reforço das capacidades técnicas, organizacionais e de gestão das organizações dos produtores;
- 5) Apoio à comercialização (crédito) e armazenagem dos produtos alimentares;
- 6) Melhoria da produção da pequena criação animal família (aves, ovinos, caprinos, suínos e outros) através da melhoria das instalações pecuárias, alimentação, sanidade e no melhoramento genético das raças locais.

Assim que as comunidades rurais começam a usufruir da agrobusiness (agricultura comercial), vão se familiarizando com o mercado não apenas com os produtos agrícolas, mas também para a obtenção dos fatores de produção. O setor agrícola é considerado a base do desenvolvimento econômico, no entanto, o investimento público na agricultura tem que ser aumentado e também acesso ao crédito, vai ao encontro da teoria de Muhammad Yunus, que defende o microcrédito como programa de mudança social: “pequenos empréstimos que possibilitem aos mais pobres combaterem as suas privações, exercendo as suas habilidades e capacidades de produção” (FREITAS,2015, p,20).

5.1.6. AMPLIAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

As análises dos dados disponíveis sobre o consumo da merenda revelam que é baixa a contribuição das refeições distribuídas nas escolas para o suprimento das recomendações de energia e de nutrientes (especialmente quanto aos minerais) para o grupo-alvo do programa. O Programa Alimentar Mundial (PMA), serve pelo menos uma refeição por dia a mais de 60 % de alunos do ensino básico e pré-escolar na Guiné-Bissau. O apoio é dado no âmbito da ação

da agência em projetos de desenvolvimento. Segundo representante do PAM no país, Kiyomi Kauaguchi, disse à ONU News (2017), em Bissau, que:

Pelo menos, comem na escola e já não precisam comer em casa e ajuda a família, esta é parte também do nosso propósito. Aqui a dieta mais desejada é arroz, arroz e arroz, e que não tem toda a nutrição: vitaminas, micronutrientes, proteínas que elas precisam para um crescimento físico e cognitivo de forma mais desejável.

Confirme o Relatório de Balanço da Guiné-Bissau para Cimeira Rio+20, os ONGs e outros parceiros têm vindo a construir não só escolas e salas de aula como também residências para professores, salões multiuso, poços de água potável e latrinas para melhorar as condições de higiene, saúde e saneamento nas escolas. “Ensinar a pescar em vez de dar o peixe”- a lógica consiste em que seria melhor “emprestar o dinheiro para que a pessoa possa comprar a cana e não para a oferecer sempre o peixe”(Maria Ana Barroso).

O governo da Guiné-Bissau tem de ser um participante mais ativo neste processo, adotar Programa de Alimentação Escolar (que tem como objetivo facilidade no acesso aos alimentos por meio da geração de emprego e renda, da produção, da comercialização e consumo), onde não existe, para garantir a primeira refeição do dia no início das aulas e Incluir os produtos regionais no Programa de Alimentação Escolar para que o investimento fique na comunidade.

5.1.7. GARANTIA DE SEGURANÇA E QUALIDADE DOS ALIMENTOS

Criar um Programa de Garantia da Segurança dos Alimentos na Guiné-Bissau, que tem como objetivo construir um laboratório de controlo de qualidade dos produtos principalmente os que entra no país, a implementação de um sistema de informações e vigilância da segurança dos alimentos, a capacitação dos cidadãos envolvidos na cadeia produtiva, garantir a ação de equipas multiprofissionais de vigilância sanitária, com a cooperação de tecnólogos de alimentos, nutricionistas, veterinários, economistas domésticos, agrónomos e sanitaristas no controlo da produção e comercialização de alimentos, a promoção de estudos científicos e transferência de tecnologia e métodos para prevenir riscos e melhorar a segurança devem ser priorizadas, divulgação das ações dos Agentes por meio de comunicação (TV, Rádio, Redis social).

Segundo Bock (2009, p.20):

Estes países de menores recursos, segundo Ferrão (1987), não tendo ou não mantendo em funcionamento estruturas adequadas de controlo de qualidade,

o que intrinsecamente é indesejável, tornam-se por isso campo aberto a certo lixo em termos de qualidade e até garantia de genuinidade de alguns produtos que lhes são enviados. Na maior parte das vezes, porque pode não ser possível verificar a concordância entre aquilo que dizem os rótulos ou os certificados e as reais características dos produtos, alguns daqueles que se movimentam nestas áreas, se forem agentes menos escrupulosos, podem muito mais facilmente retirar proventos acrescidos do comércio dos produtos, mesmo dos alimentares.

Ainda chamou a atenção em complemento, que no geral ou não existem nestes países estruturas suficientes e adequadas ou elas não funcionam regularmente que garantam a qualidades dos produtos durante a sua conservação e circulação, incluindo o nível do pequeno comércio e até os locais onde são consumidos, mesmo que a tenham à partida. Em climas quentes e húmidos, muito favoráveis às alterações dos produtos, torna-se muito mais difícil garantir a manutenção da qualidade.

Os governantes têm que se preocupar principalmente com os elementos que é exportado, muitas das vezes chegam vencido ou seja não circulam nos mercados dos países de origem, a quem tem fome não tem o tempo de olhar a data de validade, nesse sentido pode pôr em riscos a vida dos cidadãos.

5.1.8. PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO

Há vários problemas associados à falta de uma dieta balanceada, a inadequação quantitativa e qualitativa. Assim, ações na área de educação alimentar têm efeitos preventivos importantes, tanto para o combate à desnutrição, quanto para a o combate à obesidade.

Para o INE (2009), a informação da estatística recolhido através do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH-2009) apresenta uma variedade de riqueza da gastronomia local, como os cereais, particularmente arroz, feijão e milho, constituem a base da refeição diária de um guineense. Legumes, tubérculos, e frutas tropicais compõem os alimentos complementares da dieta alimentar guineense. O vinho de palma e de caju, são produtos locais de consumo de massa, sobretudo entre as comunidades animistas e cristãs. O peixe, que pelo menos muitos têm acesso ao seu consumo independentemente da sua qualidade, deve-se à situação geográfica do País, por estar na costa ocidental da África, cuja zona litoral é limitada pelo Oceano Atlântico, tendo como principais rios (Geba, Cacheu e Corubal), para além de várias ribeiras.

Governo tem que criar uma política pública voltada a educação alimentar nas escolas e centro de saúde nas zonas urbanas e tanto nas zonas rurais e monitoramento. Estimular o

envolvimento das Instituições de Ensino Superior, por meio de ações de Pesquisa e Extensão, na área de Segurança Alimentar e Nutricional nas regiões. Recomenda pelo parâmetro curricular nacional a tema de Segurança Alimentar e Nutricional nas várias disciplinas dos currículos escolares e Criação de Programas de aproveitamento de frutas e verduras de acordo com a realidade de alimentação típica de cada etnia. Estimular meios de comunicação que é a forma mais fácil de incentivar população na educação alimentar e educação para o consumo, e não, só mais com:

- I. Propaganda de campanhas educativas de saúde alimentar, desporto e lazer;
- II. Propagando dos produtores, feirantes e consumidores em relação à manipulação, higiene e armazenamento dos alimentos;
- III. Propagando de motivação para o consumo de alimentos agroecológicos e orientação parapráticas esportivas.

5.1.9. ARMAZÉM DO POVO

Desde a guerra libertação o PAIGC, decidiu mudar cenário nas zonas libertados tanto políticas quanto econômicos que mudara a vida dos cidadãos, a criação de “armazéns do povo” que tem como objetivo, “abastecimento dos produtos da cesta básica, como também concedeu o suporte técnico na diversificação das culturas junto aos agricultores, promovendo a reestruturação agrícola e melhorando o nível de vida dos camponeses.” (MONTEIRO,2013, p. 177).

Depois da guerra de libertação armazéns do povo aumentou as suas políticas, além de fornecer cesta básica para população, recebe produtos agrícolas que deveriam em seguida ser escoados para o exterior. Em qualquer economia de subsistência agrária, os sistemas tradicionais de armazenamento são a base da sobrevivência das populações rurais. (OLIVEIRA,1996. p. 21).

Armazenamento tradicionais é muito comum na Guiné-Bissau, exclusivamente ao nível da unidade residencial da família, a “*morança*” todos etnia tem a sua forma de guardar ou conservar os seus alimentos e sementes pós-colheitas e também têm consequências diretas sobre as relações socioeconômicas dentro da unidade familiar. Deve ser estudo os sistemas tradicionais de armazenamento na Guiné-Bissau não só na sua eficiência mas principalmente como estão se relacionando com a sociedade. Segundo autores Oliveira, Olavo Borges de; Havik, Philip J.; Schiefer, Ulrich (1996), na segunda metade do século XIX,

administração colonial criou entrepostos comerciais regionais, chamados “centros comerciais”, para a recolha das produções compradas aos agricultores locais. Geralmente os ponteiros compravam arroz e outros cereais, após o fim das colheitas, vendendo-o aos agricultores a crédito, durante a estação da chuva, isso incentivava os agricultores para o trabalho da terra. Introdução das políticas de liberalização econômica segunda metade dos anos 80 causou seguinte crise segundo autores (IBID, 1996, p.32-33):

- A falta da reserva alimentar durante a estação das chuvas, torna-se impossível a preparação das terras (cultivo e colheita);
- A utilizar mão-de-obra assalariada dispendiosa;
- A falta de poder de compra e o limitado acesso à economia monitorizada, não permite ao agricultor a compra de alimentos em quantidades suficientes;
- Comprar cereais importados (arroz) a elevados preços, sem acesso a rendimentos compensatórios.

Nesse sentido, o abastecimento alimentar adquiria um significado de segurança nacional, apontando para a necessidade de formação de estoques “estratégicos” de alimentos, fortalecendo a ideia de que a soberania de uma nação dependia de sua capacidade de auto provisão de alimentos e de matérias-primas. (HIRAI.2007, p.336-337).

Assim o Estado o seu papel é fundamental na criação de políticas públicas voltadas ao abastecimento de produtos agrícolas em cada região do país com capacidade de armazenar todos os produtos pós-colheita, assim, vai ajudar nas intervenções a fim de melhorar a segurança alimentar e respeitando as estruturas socioeconômicas e as práticas de cada etnia. A Guiné-Bissau elaborou e adoptou em 1996 uma visão prospectiva do seu desenvolvimento denominada “Guiné-Bissau 2025 *Djitu tem*”. O futuro desejado dos Guineenses daqui a 2025 pode ser resumida de forma seguinte:

- ✓ Um país bem governado, onde reina a paz social e no qual a separação de poderes permite o exercício de governação, de uma forma transparente;
- ✓ Um país economicamente forte e bem integrado na sub-região, com um ritmo de crescimento demográfico sustentável e compatível com o crescimento económico;
- ✓ Um país onde a desigualdade social e a pobreza são reduzidas a proporções toleráveis graças a um melhor sistema de redistribuição de rendimentos, frutos de crescimento económicos;

- ✓ Um país onde a igualdade de direito e de oportunidades entre homem e mulher é reconhecida e aplicada.
- ✓ Um país democrático onde a participação da população na gestão dos assuntos públicos, deve ser um pilar do Estado de Direito a promover.

No quadro de operacionalização desta visão, o governo implementou o DENARP I para o período 2006-2008. O DENARP II cobrindo o período 2011-2015 capitaliza as conquistas e as lições do DENARP I através dos objetivos que podem ser resumidos em: reduzir a pobreza através do reforço do estado de direito, o aumento de crescimento económico e a realização dos ODM. (DINARP II, 2011, p. 49-50).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo das principais políticas públicas e segurança alimentar pode-se notar que são programas com propostas eficientes em Guiné-Bissau apesar de fragilidade do Estado, as crises de instabilidade política, os golpes do Estado entre outros, que muitas das vezes atrapalham na implementação dos programas têm vindo a esperar do Estado. Os metidos adotados para o ciclo de políticas funcionam como uma eficiente ferramenta capaz de auxiliar os Estado da Guiné-Bissau a instituírem objetivos e alcançarem metas. Certamente as fases de definição, elaboração e aplicação das políticas públicas, passam a ser objetivo de

avaliação do poder legislativo, no qual funcionam como um metido para a aprovação perante a sociedade a transparência, eficiência e eficácia de uma ótima governação.

Nota-se com a participação popular nos processos que envolvem a governança e governabilidade, a implantação de políticas públicas e a legitimação de governos no poder, passa a ser prática em que há abundância difundida nas mais diversas esferas do governo Guineense. Tais atitudes passam a ser algumas das ações governamentais que buscam fazer com que haja redução dos conflitos na elaboração das políticas, ao utilizar-se da participação social nos processos de tomada da decisão que envolvem o poder Legislativo e também poder Executivo. De fato, compreender a Segurança Alimentar e Nutricional é um direito humano fundamental, representa a eficiência para vencermos a fome, a desnutrição entre outras que ainda envergonham o País. A situação da Guiné-Bissau manifesta-se de forma mais visível no quadro das profundas desigualdades sociais e vem-se agravando mais ao longo dos últimos anos. Sendo um problema que não é simples resultado de vários fatores parciais de grande importância para a economia do país que devemos analisá-los separadamente, mas sempre avaliamos o seu conceito de sistemas e da sua própria sustentabilidade.

A falta de acesso a terras costuma afetar de maneira mais direta e intensa as camadas mais vulneráveis da população principalmente as mulheres, onde se associam a pobreza, a instabilidade política. Nesse sentido é necessário promover uma gestão durável das terras que dialogue diretamente com a proteção das florestas e das comunidades que nela se encontram.

A Guiné-Bissau é um país de economia fortemente agrícola e de baixa Índice de Desenvolvimento Humano, para superar esta barreira, podemos começar pensar nas condições que permitem o aprimoramento da mobilização e aplicação dos recursos internos, assim como possível identificar os mecanismos inovadores que dialoguem com os novos mercados (criar empregos, aposta nos setores produtivos, diversificar as bases de produção entre outros).

Em termos de produção agrícola, observa-se para além de abandono o sistema de produção de arroz de *bolanha* salgada, e não só, quase todos os outros sistemas de produção dos recursos hídricos disponíveis (regadio) que se fazem-se sem o aproveitamento. Por causa disso, a agricultura guineense está muito penalizada pela diminuição das chuvas e também a fuga de forças de trabalho (jovens) de zonas rurais para urbana. Por isso, o papel do Estado é criar seguintes condições para crescimento agrícolas: a recuperação de *bolanhas*, o fornecimento de sementes, transformações de produtos agrícolas, pesquisa, capacitar agricultores, reabilitação e construção de novas infraestruturas (posto de saúde e educação nas zonas rurais) com facilidade de acesso, facilitar acesso créditos para as atividades de rendimentos, apoio as organizações de agricultores de base, criação de estoques dos

alimentos, entre outros, deve ser uma das apostas a ter em consideração pelos planeadores económicos e no âmbito das estratégias de políticas da segurança alimentar e nutrição.

No que diz respeito ao estado de Segurança Alimentar e Nutricional, não é um processo simples e muito menos veloz, precisa de um trabalho conjunto, que permita unir conhecimentos e experiências de forma que governo, ONGs e sociedade civil, num processo de transformação da realidade, possam, de fato, garantir a todos o Direito Humano à Alimentação Adequada na Guiné-Bissau. É importante o governo estabeleça um modelo de desenvolvimento humano sustentável, que entenda estratégias nacionais integradas de promoção de Segurança Alimentar e Nutricional; soberania alimentar, educando esta sociedade para cidadania e a promovendo assim seus direitos.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

_____. GUINÉ-BISSAU. **Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza – DENARP I**, 2005.

_____. GUINÉ-BISSAU: **Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza – DENARP II**, 2011.

_____. Guiné-Bissau (2015). **Plano Estratégico e Operacional 2015-2020 “terra ranka”**, documento ii: relatório final, Março de 2015;

_____. GUINÉ-BISSAU. CARLOS, Sangreman, (coord.). In: A evolução 2010-2016. Working Paper CESA CSG 148/ 2016, 40p.

_____. REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. **Ministério da saúde pública. Plano estratégico de nutrição. 2015-2019**. Fevereiro de 2014, 34p.

_____. REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. **Assembleia Nacional Popular: Constituição da República da Guiné-Bissau**, 1996, 48p.

_____. REPUBLICA DA GUINE-BISSAU. GERALDO, Martins (coord.) in: **prestação de serviços básicos num contexto de fragilidade Estatal e de Transição social, desenvolvimento Humano II, região da África**, 27 de junho 2008, 1 a 81pp. Disponível em: <<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2017/03/pma-quer-alargar-combate-ao-abandono-escolar-na-guine-bissau/#.WkFHdPkrLIU>>

ARVANITIS, Ynnis, JONY ANDRIANARISON, Francis, IE, Inacio. **GUINÉ- BISSAU**, in: **perspectivas econômicas em África Guiné-Bissau**, © AfDB, OECD, UNDP 2016.

BALLE SYLA, Momar. **Avaliação da pobreza na Guiné-Bissau**. Bissau, 2002, 35p.

BANCO MUNDIAL. **Visão geral sobre conflito, segurança e desenvolvimento**.

BCEAO, 2006. **Anuário estatístico da situação econômico dos países membros da uemoa**. Bissau. 94 pp.

CANDE, Artemisa Odila Monteiro. **Guiné-Bissau: Da luta armada à construção do estado nacional - conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)**. Salvador, 2013.289p. Disponível em: <

<https://pt.scribd.com/document/264000839/Artemisa-Odila-Guine-Bissau-Da-Luta-Armada-a-Construcao-Nacional-Conexoes-Entre-o-Discurso-de-Unidade-Nacional-e-Diversidade-Etnica-1959-1994>>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.

CARDOSO, Augusto. **Administração política e saber bijagós: umas perspectivas analíticas de conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau**. Rev. Bras. Adm. Pol. 6(1):71-96. 26p.

CARDOSO, Carlos. **Formação e recomposição de elite política moderna na Guiné-Bissau: continuidade e ruptura (1910 a 1999)**. Coimbra, 2004, 19p.

CNC/MC. **Relatório anual da comissão nacional de caju sobre: a evolução de exportação de castanha de caju na Guiné-Bissau**. Bissau, 2007 34 pp.

COSTA, Francisco; MORREIRA, Augusto. PROENÇA, Sangreman. **A metodologia do estudo da pobreza através da evolução dos níveis de vida Bissau 1986/1991 (com referências a 1993)**, Documento de Trabalho nº 64, CEsa, Lisboa, 2002,62p.

DE BARROS, Miguel. **A sociedade civil e o estado na Guiné-Bissau: Dinâmicas, desafios e perspectiva**. 1ª Edição: Outubro de 2014

DE FREITAS, Renata, PRIOR. Hélder, RIBEIRO, Fábio OLIVEIRA, Mafalda. **A sociedade em foco: Globalização, questões políticas e desafios sociais**. Revista Comunicando, Vol. 4 - 2015

DE OLIVEIRA BORGES, Olavo. HAVIK, Philip. SCHIEFER, Ulrich. **Armazenamento tradicional na Guiné-Bissau tradicional, produtos sementes, celeiros**. Bissau, Lisboa, Munster.1996, 509p.

DE SOUSA, Yalle Hugo, SECCHI, Leonardo. **Extinção de políticas públicas in: síntese teórico sobre a face esquecida do policy cycle**. São- Paulo, v.20, n 66 jan/jun. 2015, 93p.

DIAS, Joaquim. **Segurança alimentar**. Varela, Região de Cacheu, Guiné-Bissau, 2015.

Disponível em: <<https://www.tsf.pt/internacional/africa/interior/carencia-alimentar-severa-aumenta-na-guine-bissau-3377835.html>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2017.

FMI. FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (2015). **World Economic Outlook Database**, October 2015. Disponível em:

<<https://pt.scribd.com/document/362537650/PNLD18-Olhares-Historia-Vol3-PR>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2017.

HIRAI, Wanda Griep. & ANJOS, Flávio Sacco dos. **Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil**. Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 335-353. jul./dez. 2007. Disponível em:

- <<http://revistaseletronicas.pucrio.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/2322/3251>> Acesso em: 22 de novembro de 2017.
- INDJAI, Mamadi Queluntã. **Políticas públicas no contexto do desenvolvimento rural sustentável na Guiné-Bissau/Mamadi Queluntã Indjai**. – Pato Branco: UTFPR, 2014. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/813/1/PB_PPGDR_M_Indjai%2C%20Mamadi%20Quelunt%C3%A3_2014.pdf>. Acesso em: 10 de setembro de 2017.
- INE (2009) - INE (2014). **Estatísticas básicas da Guiné-Bissau 2014**.
- JOAO BOCK, Augusto. **Segurança alimentar: potencialidade dos recursos na Guiné-Bissau e política alimentar**, Lisboa, 2009.
- JONSSON, Urban. **AS CAUSAS DA FOME**. In: VALENTE, Flávio Luís. (Org.). **Fome e desnutrição: determinantes sociais**. São Paulo: Cortez, 1989.
- KÖCHE, JOSÉ CARLOS. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- LEITE, Joaquim Eduardo Bessa da Costa. **A literatura Guineense: Contribuição para a identidade da nação**. Universidade de Coimbra. Lisboa, 2014.
- LIMA SENTENO, Sonia. MAGALHAES Rosana, FONSECA EDUARDO, Luiz. DE CARVALHO, Agostinho. **A segurança alimentar e nutricional na comunidade dos países de língua portuguesa: desafios e perspectivas**. Brasil, 194p.
- MENDES, Livonildo Francisco. **Democracia na Guiné-Bissau: Por uma mudança de mentalidade**. Coimbra, 2010, 109p.
- NORD, Roger, ALLUM, Peter. **Relatório do corpo técnico sobre as consultas de 2013 ao abrigo do artigo iv**. Washington, 5 de Junho de 2013. 82p.
- OKAMOTTO, Paulo. **Projeto fome zero: Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil**. R. Pouso Alegre, 21, Ipiranga-SP. Outubro/2001.
- Relatório sobre o desenvolvimento mundial**. Washington, DC, 2011.
- RODRIGUES, Júlio. UFRGS. FULFACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS. Porto Alegre, 2016, 197p.
- SANCA, Ilda. **A inserção das mulheres no mercado do trabalho na Guiné-Bissau. Porta Alegre/RS: Monografia em Administração, na Universidade Federal do Rio Grande de Sul**. 2014. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/117299/000966648.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 de novembro de 2017.
- SANGREMAN, Carlos, SOUSA JÚNIOR, Fernando, RODRIGUES ZEVEVERINO, Guilherme, JOSÉ DE BARROS, Miguel. GUINÉ-BISSAU (1994-2005) in: **Um estudo social das motivações eleitorais num estado frágil**. 2008. 3-25pp
- SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- SEMEDO, Rui Jorge. **O estado da Guiné-Bissau e os desafios político-istitucional**. 136 P.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed., São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, Allan Gustavo Freire da, MOTA, Leonardo de Araújo e, DORNELAS, Carina Seixas Maia, LACERDA, Alecksandra Vieira de. **A relação entre estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro**. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 25-42, jan.-abr. 2017, p.38
- SILVA, Sandro Pereira. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos descontinuidade e consolidação**. Rio de Janeiro, 2014.
- SPOSITO PONTES, Marília. CARRANO RODRIGES, Paulo Cesar. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Revista Brasileira de educação. 2003, 39p.

- TEIXEIRA, Ricardino J. D. Mutzenberg, Remo. **Sociedade civil e democratização na Guiné Bissau, 1994-2006. 2008.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: < http://www.bdt.d.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/9297/arquivo4096_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em: 20 de outubro de 2017.
- TEIXEIRA, Ricardino, J. D. **Golpe de estado na Guiné-Bissau 1998-2003.** 37p.
- TREVISAN PITTOL, Andrei, VAN BELLEN, Hans. **Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção.** Rio de Janeiro, 2008, 529p.
- VALERIO, Inês. **A globalização e o problema da pobreza a nível mundial.** Revista Comunicando vol.4-2015, 38p.